

Um novo ciclo de políticas públicas LGBTQIA+: Entrevista com a Secretária Nacional Symmy Larrat

Symmy Larrat¹
Alexandre Bortolini²

Resumo: Nesta entrevista, a Secretária Nacional de Promoção e Defesa das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, fala sobre o momento político atual, o desmonte das políticas de direitos humanos durante o governo Bolsonaro, as ações implementadas durante os primeiros cem dias do novo governo e o desafio de lidar com um legislativo ainda mais reacionário. Aponta também os principais temas a serem encarados nos próximos anos, como a reestruturação do Conselho Nacional e dos processos conferenciais, além da atuação em áreas estratégicas como saúde e educação.

Palavras-chave: LGBTQIA+; políticas públicas; participação social

¹ Comunicadora social, ex-presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e atual Secretária Nacional de Promoção e Defesa das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos.

² Comunicador social, Pedagogo, Doutor em Educação, atualmente Professor Substituto do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: bortolini.alexandre@gmail.com

No último dia de 2022 o já indicado ao cargo de Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, anunciou em suas redes sociais o nome de Symmy Larrat como Secretária Nacional de Promoção e Defesa das Pessoas LGBTQIA+, uma posição até então inédita no governo federal. Paraense, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará, foi em Belém onde começou sua militância política. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), Symmy foi coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no governo de Dilma Rousseff. Com o impeachment em 2016, Symmy assumiu a coordenação do programa Transcidadania da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad (PT). Em 2017, foi eleita para a presidência da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Com a volta do PT ao executivo federal, Symmy se tornou a primeira travesti a ocupar o cargo de secretária nacional no governo brasileiro.

Seu retorno a Brasília acontece em um momento de intensos embates políticos. Por um lado, a derrota da extrema direita nas eleições de 2022 e o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto apontam para a possibilidade de reconstruir políticas de direitos humanos deterioradas durante os últimos anos. Por outro, as tentativas de golpe e o significativo número de parlamentares bolsonaristas eleitos indicam a persistência de movimentos conservadores com os quais o novo governo terá de lidar.

Alexandre Bortolini: Antes de tudo, em nome da Associação Brasileira de Estudos da TransHomocultura, gostaria de te agradecer imensamente por nos conceder essa entrevista. E quero aproveitar para expressar a minha alegria pessoal, como militante e companheiro de luta, em lhe ver ocupando essa posição, até então inédita para as LGBTQIA+, em um governo progressista, após tantos anos de regressão conservadora no Brasil. Tomo aqui a liberdade, considerando nosso tempo de

caminhada conjunta, de deixar o “senhora secretária” de lado me dirigir a ti como você, tudo bem?

Symmy Larrat: Por favor, você, tu, como tu quiseres.

Alexandre Bortolini: Queria começar essa conversa pedindo para você falar um pouco sobre sua trajetória pessoal e política. Quem é Symmy Larrat e como ela chegou até aqui?

Symmy Larrat: Vamos lá. Eu tenho alguns marcadores que eu gosto de deixar bem frisados. Um deles é ser nortista. Isso para mim é muito importante porque ser nortista é você viver se deparando com a injustiça, com a dificuldade de acesso, com esse processo colonizador que a gente ainda vive. Eu acho que muito da minha indignação ela veio do fato de eu ser nortista. O primeiro incômodo que eu percebo na construção desse processo de militância é essa indignação da riqueza ser extraída e não ser socializada com as pessoas. Outro elemento é ser filha de professora. Porque desde cedo a minha mãe provocou em nós a busca pelo conhecimento. Com 10 anos todo mundo estava lendo Coleção Vagalume e eu estava lendo literatura. Eu li *O Auto da Compadecida* com 10 anos de idade. Essa veia questionadora e de busca por conhecimento, ela nasce dentro de casa. Isso foi determinante para que eu fosse entendendo outras coisas na minha vida. Depois disso vem a transgeneridade e outros elementos. Então eu gosto de frisar esse lugar: eu sou nortista, eu sou da Amazônia, sou travesti, sou militante pelos Direitos Humanos, sou feminista, sou anti-proibicionista. Sou esse combo de marcadores que faz com que a gente tenha uma visão sobre as coisas. Mais tarde a gente vai ganhar outras outras nuances. A militância vai me trazer outros questionamentos por conta de outros marcadores que a minha corporalidade não abarcava e que eu precisava entender.

Alexandre Bortolini: Você é a primeira pessoa trans ou travesti a assumir um cargo como Secretária Nacional. Qual o significado disso para o Estado brasileiro? E para as pessoas trans e LGBTQIA+?

Symmy Larrat: Primeiro é revoltante. Perceber que a nossa vida de gestão pública, que a nossa tão sonhada, tão defendida democracia não percebia ou não percebe da maneira que precisa as corpos transgêneras. Eu ainda sou a única no segundo escalão de governo. Eu sou a primeira e a única. Eu sou a cota. Isso nos dá um desafio. Eu tenho muito que festejar, eu tenho muito que agradecer a ousadia do governo Lula de dizer “vamos fazer isso porque é preciso fazer”. Mas nos dá a tarefa de fazer com que a nossa trajetória seja impulsionadora de corpos homossexuais, afetadas, transgêneras, para que essas corpos chamadas “dissidentes” ocupem esse lugar, cheguem nesse lugar com a qualidade que a gente precisa. Então é uma tarefa gigantesca nós sermos inspiração e impulsionamento desse lugar. Porque a gente já chega incomodada a ser a única. É incrível como a gente vai nos lugares, olha para um lado, olha para o outro e não nos vemos. Para eu me enxergar nesse lugar eu tenho que pôr um espelho na minha frente, porque eu não consigo me ver nesses lugares. Consigo ver parceiras. A própria decisão do Silvio Almeida de me chamar ela parte de uma necessidade de pontuar isso. Mas é muito importante para o Estado para que ele se modifique. Porque a gente tem uma história que é assim: a gente consegue um avanço, aí tem um golpe. Aí a gente consegue um outro avanço, aí vem outro golpe. E os golpes - e eu tô falando isso muito antes da ditadura - eles são perversos, deixam fissuras gravíssimas na nossa história pública. A gente conhece esse ciclo e só tem uma maneira de mudar. É mudando o DNA da coisa. É muito importante essa chegada porque ela faz parte de um processo, que alguns chamam de hackeamento, que é mudar o DNA do Estado. A gente precisa fazer isso. Então eu espero que isso seja impulsionador disso. E o Estado só tem a

ganhar. Porque ele começa a ser o Estado que a gente quer que ele seja para várias pessoas e não só para quem hoje ainda detém o poder.

Alexandre Bortolini: Quando olhamos o espaço institucional que as LGBTQIA+ conseguiram alcançar até aqui, tínhamos uma diretoria, uma coordenação, por vezes compartilhada com outros grupos, sob o guarda-chuva dos direitos humanos. O que significa termos conquistado uma secretaria para chamar de nossa? De que maneira isso aumenta nossa capacidade de implementar políticas públicas voltadas para nossa população?

Symmy Larrat: Isso nos ajuda muito porque nos coloca mais próximos da mesa de decisão. E mesmo em um governo de esquerda, ou melhor, em um governo de composição, de frente ampla, essa mesa tem uma cara. Ela é branca, é heterossexual e cisgênera - para além de um monte de outras coisas. Então a gente está mais próximo de chegar e olhar de igual. A gente está na porta da sala onde está a mesa. A gente está mais próxima desse lugar. Isso na simbologia é fantástico né? Mas como a gente supera a simbologia? A gente também está num lugar da burocracia de falar de igual com áreas importantes de decisão. Antes, quando a gente era uma coordenação, a gente tinha que falar com alguém que ia falar com alguém que ia falar com alguém numa outra área para a gente poder ser recebida. Quando chegava em quem ia decidir, essa pessoa já tinha um monte de pautas para tratar, então a gente nunca era o centro do debate. Hoje a gente está num patamar de falar de igual com áreas muito importantes. A gente está falando no mesmo nível que outras secretarias nacionais. Isso facilita a gente ganhar tempo, a gente ter mais facilidade no fazer da burocracia. A gente ganhou um tempo do caramba! Agora, a gente está entendendo esse lugar, tateando, montando as estratégias, falando com algumas parceiras, porque a vida não pode parar e a gente não tem tempo de ficar só analisando. A gente tá num processo de muita construção das estratégias para

que isso tenha um impacto real e não seja o que nós tivemos no passado. A gente teve muita coisa que não era uma entrega permanente. Eram entregas pontuais. A dificuldade desse trajeto todo que eu listei aqui fazia com que quando chegasse para a gente chegasse algo muito efêmero. E daí é que nós temos de saber como dar o pulo do gato, ocupar esse novo espaço e fazer com que a gente entregue algo que fique para as pessoas.

Alexandre Bortolini: Ao longo das primeiras administrações Lula e do governo Dilma, avançaram políticas de participação social, que tomaram forma em especial nas Conferências Nacionais LGBT e no Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Durante o governo Bolsonaro, presenciamos um desmonte dessas mesmas políticas de participação social. Nenhuma conferência foi realizada e o CNCD foi, como outros conselhos, reduzido a um aparato burocrático sem qualquer função efetiva de elaboração, fiscalização ou monitoramento de políticas públicas. Durante esse período você integrou uma iniciativa que tentou responder de alguma maneira a esse vácuo de participação social, que foi o Conselho Popular LGBTQIA+. Você pode nos contar um pouco sobre essa iniciativa e qual foi sua participação nela?

Symmy Larrat: Essa iniciativa surge de um debate que nós tivemos logo no início do governo Bolsonaro que era como é que nós vamos passar por esse período. Nós tínhamos um conjunto de organizações que tinham uma opinião unificada que era: não vamos participar desse governo. Isso foi central para que a gente se aglutinasse num fórum que teve o nome de Conselho Nacional Popular exatamente para constranger, em referência ao desmonte do antigo Conselho. E tinha esse nome “popular” porque a gente queria determinar o local, o território a partir de onde nós estamos falando: do campo popular. E foi um mais um fórum de debate conjunto, quase um lugar de catarse, mais um grupo terapêutico, onde as pessoas chegavam, socializavam as diferenças e

pensavam estratégias comuns de reação. E é incrível como nos momentos mais duros surgem as reações mais potentes. A gente tende a caminhar mais junto nos processos mais duros do que nos momentos mais democráticos. Foi incrível ver uma grande parcela do movimento social brasileiro LGBTQIA+ se encontrando com seu lugar de fato. Seu lugar popular, democrático. A gente não vive com conforto ideológico de fazer movimento no campo liberal. Porque o campo liberal não promove as mudanças que a gente precisa. E promove soluções pasteurizadas para um corpo que não é o nosso. Se encontrar no campo popular foi, eu acho, o maior ganho dessa experiência coletiva. Espero que a gente não esqueça isso fácil.

Alexandre Bortolini: Durante os quatro anos de governo Bolsonaro, a pasta de direitos humanos foi convertida em um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nesse período, as políticas LGBTQIA+ ficaram subjugadas a uma notória liderança reacionária, a então ministra e hoje senadora Damares Alves. Você participou da equipe de transição do Governo Lula. Durante o processo de transição e quando chegaram aqui definitivamente, que cenário vocês encontraram no que diz respeito especificamente às políticas para LGBTQIA+?

Symmy Larrat: Este ministério foi a sede da disputa ideológica. O finado Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos e o Ministério da Educação foram os dois mistérios chave da disputa ideológica. Foi onde se implementou aquele ekê da ideologia de gênero. E foram onde criou-se as justificativas legais e sociais para apagar da vida pública a nossa existência. E não são nossas, das LGBTQIA+, das pessoas negras, da periferia, de mulheres, de pessoas indígenas, enfim, de todas as corpos com que nós não queremos lidar enquanto sociedade heterocisnormativa. Essas pessoas eram o alvo. E como eles fizeram isso? Ele trouxe para si e colocou num quartinho trancado. A gente não tinha nenhuma interseccionalidade dessa pauta. Esse mistério falava

consigo mesmo, o tempo inteiro. Isso foi o que aconteceu em todos os lugares. Houve um apagamento da nossa existência em qualquer área governamental. Não se podia falar sobre nós e quando se falava, se falava em orientação sexual. Onde estava identidade de gênero eles transformaram em ideologia de gênero. E com isso eles fizeram uma segunda coisa, que foi transformar qualquer ação de promoção das nossas vidas em ações de denúncia sobre a nossa existência. Te dar um exemplo: o Disque 100 foi transformado num lugar de denúncia do debate sobre gênero feita por qualquer ator público, sobretudo os profissionais da educação. Em vez de denunciar quem nos agredia e combater, eles denunciavam e combatiam qualquer pessoa que ousasse falar sobre nós. Era uma operação genocida sobre a nossa existência.

Alexandre Bortolini: Diante deste cenário, quais ações prioritárias foram endereçadas nos primeiros 100 dias de governo?

Symmy Larrat: Nós pegamos as emergencialidades indicadas na transição de governo. A primeira foi restaurar a participação social. Publicamos um novo Conselho. E essa opção se deu pelo fato de que a gente não queria voltar para o que a gente tinha. Não faz sentido, para mim pessoalmente, para este ministério e para grande parte do governo, a gente voltar ao que tínhamos, porque o que tínhamos foi facilmente destruído. Então a gente tem que voltar não para o que era, mas a gente tem que voltar para o futuro! A gente volta e faz mais! Se não for para isso, é melhor voltar para casa. Então a gente traz o Conselho de volta enquanto espaço, mas em um outro formato. Um formato que tem mais cadeiras com mais participação de áreas de governo. A gente traz como cadeiras permanentes organizações de primeira grandeza, como o CNJ, o Ministério Público, o Conselho de Psicologia, de Serviço Social. Como cadeiras permanentes, não têm direito a voto, mas têm direito a voz. E não participa daquela seara de disputa por espaço. Isso para nós é muito importante porque compromete

diferentes áreas. Áreas que participavam do antigo conselho e outras que não iam e que agora a gente coloca dentro do Conselho. Isso com a primeira cadeira de Presidência da sociedade civil. E resgatando o debate anterior, a gente quer a gente quer republicar todas as resoluções do Conselho. Todas as que tem impacto direto em alguma ação de governo. Então a gente volta com um Conselho maior. Essa era a primeira emergencialidade. A segunda era o RG. A gente teve muita denúncia de como esse (novo modelo de) RG viola os Direitos Humanos de pessoas transgêneras. Então a gente constituiu um grupo de trabalho que já nasce com uma decisão: não vai ter nome de registro com o nome social junto. É nome social e sem sexo na versão impressa. Essa é uma informação que a gente não pode apagar do cadastro, mas no uso do documento que é impresso e do aplicativo não consta. Para que serve o grupo de trabalho então? Para acompanhar os desdobramentos disso. Onde vai entrar no cadastro? Como vai fazer com os estados que já imprimiram? Como vão ser outros documentos? Então é um GT mais operacional do que de decisão política, porque essa decisão já está pactuada. E por último a tarefa da gente construir com o Ministério da Justiça as normativas legais para efetivação da decisão do STF sobre a LGBTQIAfobia ou que nós chamamos a LGBT. Esse fluxo também já foi pactuado com o MJ. A gente quer instalar esse processo no dia 17 de maio, assim como o Conselho. A gente precisa superar isso emergencialmente. E ainda o Disque 100, que já teve todos os seus campos revisados. Espero que as pessoas reutilizem o Disque 100 que agora é, de novo, para todas as pessoas. Essas foram as tarefas urgentes.

Alexandre Bortolini: Agora sob um novo governo progressista, com o resgate da participação social na construção de políticas para LGBTQIA+, a criação do novo conselho, qual sua expectativa sobre a interlocução entre governo e organizações sociais?

Symmy Larrat: Primeiro a gente precisa conversar promovendo, a partir desse Ministério, a interseccionalidade. É muito bacana, e os movimentos fazem muito isso, aquelas visitas aos Ministérios, que é aquela coisa de cobrar, de comprometer, o famoso advocacy, que é muito importante. Mas, muitas vezes, na hora de fazer a política, a gente não tem a participação. E, fatalmente, se a grande presença no fazer da política pública é de pessoas cisgênero e heterossexuais, o resultado não vai ser 100% como a gente deseja. Então o Conselho é esse grande fórum que acompanha o fazer da política pública. A gente tem que apontar o que a gente quer, onde a gente quer e como a gente quer acompanhar o planejamento e essa execução. A gente precisa construir esse caminho. A essa potência que o Conselho tem a gente precisa dedicar um olhar muito cuidadoso. Não é a cada três meses, numa reunião de um dia, que a gente vai dar conta disso. Mas como é que a gente constrói essa dinâmica? Não tenho a resposta, mas acho que é uma tarefa do Conselho amadurecer esse ponto. Por vezes, no Conselho anterior, a gente usava o Conselho para chegar em algum lugar. Hoje a gente tem uma Secretaria Nacional. A gente vai chegar ali. A gente vai sentar naquele lugar e a gente vai apontar o caminho. Mas a gente precisa que quem está acompanhando a vida na ponta possa fiscalizar esse fazer. Até porque nós que estamos aqui fazemos parte da burocracia. Eu posso não ser a burocracia, eu posso trazer comigo para esse lugar toda a experiência militante que eu tenho, mas eu estou burocracia agora. Então eu também me limito nesse processo. Por isso a gente precisa desse acompanhamento. A gente precisa construir uma política nacional de participação social. A gente tem que dizer como é que essa participação vai acontecer. E não é só o Conselho. A gente não pode também falar só com quem está no conselho. A gente vai ter que chamar pessoas que tem expertise, que tem notório saber em diversas áreas, para dialogar em diversos momentos. Ter o Conselho não garante toda a participação social. A gente precisa finalizar essa gestão finalizar com uma política nacional de participação social debatida dialogada e preparada para ser implementada .

Alexandre Bortolini: Exatamente nesse tópico da participação social eu queria te fazer uma pergunta. Muita coisa mudou na sociedade brasileira na última década. Especialmente após 2013, vivemos um deslocamento de grande parte do ativismo para além dos limites institucionais, com o surgimento de um sem número de coletivos autônomos e com a emergência de um ativismo que se espraia pelas redes sociais. Nesse novo cenário, como estabelecer um diálogo com a comunidade LGBTQIA+ para além das ongs ou associações formalizadas? Como esse diálogo pode chegar a essa militância que hoje é muito mais dispersa, difusa e que não necessariamente está se organizando nesses moldes mais institucionalizados?

Symmy Larrat: Vou responder com uma palavra: não sei! (risos) Mas vamos lá. É muito importante o que tu trazes. Foi um pouco do que eu falei antes. A gente não pode se limitar. O conselho ele tem um formato, mesmo nesse formato ele promove muito debate, mas ainda é restrito. E ele é restrito porque existem outras conformidades de existência militantes e ativistas. Essa nova forma de ativismo dialoga mais, mas ela bebe na fonte dessa militância tradicional. Então a gente tem duas tarefas. Uma social que é de fazer a conexão entre militância tradicional e neoativismo, vou chamar assim. Para mim quem não fizer essa conexão vai dançar no próximo período. E outra vai ser uma tarefa, enquanto a sociedade e enquanto o governo, de promover as disputas necessárias nesse sentido. O o que eu tenho pensado é que o Conselho é o fórum de decisão e de ajuda no monitoramento. Mas você faz monitoramento das formas. Você presta conta e as pessoas apontam. Mas a construção, vou dar um exemplo, vamos construir programas de empregabilidade. Se eu construir só no Conselho eu não tenho todo mundo. Eu tenho que trazer essas outras expertises e esses outros acúmulos de conhecimento, que às vezes vem por um canal de rede social, às vezes vem pela galera

que está fazendo os ballrooms. A gente precisa entender essa nova forma de participação, de construção democrática, que a gente está tendo nesse país e escutar também. Então eu acho que no momento da elaboração e do fazer, essa disputa tem que acontecer, sobretudo nesse momento. A gente tem muitas formas de fazer isso. A gente tem como chamar essas pessoas para esse momento. Elas não precisam estar no Conselho. A gente pode ajudar a elaborar e a gente apresenta para o conselho essa construção. A gente não pode deixar de aprovar nesse fórum. Eu não acredito que a gente vá passar por cima desse lugar, esse lugar é o lugar de decisão, mas não precisa ser o único lugar de construção. Aí tem várias formas de a gente fazer isso. Eu acho que a secretaria tem que aproveitar sua visita aos lugares e sempre fazer essas escutas. Eu ainda não fiz viagens no Brasil (que eu sou phyna!), mas eu já fiz duas viagens internacionais e eu já fiz isso lá. Tem agenda que é do evento oficial que eu estou e eu sempre arrumo um tempo de fazer agendas que são oficiais mas não são do fórum que eu estou. Uma oportunidade de fazer escuta com os movimentos sociais locais, com as pessoas do território, com iniciativas interessantes. Na Argentina eu fui conhecer um grupo muito parecido com o Transcidadania, que reúne pessoas transgêneras. A gente precisa fazer essas escutas. E trazer esse olhar dessas outras corporeidades ativistas com quem a gente dialogue. Isso é extremamente importante para a gente *estar* burocracia e não se burocratizar.

Alexandre Bortolini: Já há alguma previsão de data para convocação de uma nova Conferência Nacional LGBTQIA+?

Symmy Larrat: Não, não temos. A gente tem uma dificuldade orçamentária gigantesca. A gente herdou um orçamento pífilo. A gente tem uma disputa central para esse ano que é já ter orçamento para essa gestão, para esse PPA (Plano Plurianual) que vai começar ano que vem. Isso é central. A gente não tem uma previsão de

Conferência. Eu acredito também... a gente teve uma conferência, minutos depois teve um golpe. A gente vai conferir aquilo. Então eu acredito que a gente também tem que ter alguns projetos em andamento na gestão pública para a gente aproveitar o processo conferencial. Para ser esse grande momento de escutas/disputas adversas. E tem uma outra tarefa que o Conselho tem que se debruçar no seu primeiro dia: construir um novo formato de conferência. Eu acho que a gente tem condição de começar esse processo conferencial ano que vem. Não sei se a conferência nacional ano que vem, mas se a gente tiver amadurecido com esse golpe, a gente faz o processo estadual e municipal ano que vem. Para isso a gente teria que convocar a conferência esse ano para que estados e municípios coloquem no seu orçamento do ano que vem. Então é um debate que tem a ver com essa chamada, mas eu acho que a gente precisa parar e construir um novo formato conferencial urgente. Até para incluir isso que tu falaste. No processo conferência a gente vai trabalhar só com essa formalidade ou a gente vai fazer um processo de visibilizar todas as formas de construção ativista, todos esses saberes e botar para dentro desse processo? Com um formato careta de Conferência essa galera não vem.

Alexandre Bortolini: Pensando o conjunto das políticas LGBTQIA+, duas áreas sempre tiveram bastante destaque: saúde e educação. Começando pela saúde, temos diante de nós uma série de desafios, que vão desde a garantia do acesso ao processo transexualizador no SUS até o avanço do HIV entre jovens gays, passando pela persistente invisibilidade das mulheres lésbicas nesse campo. quais os investimentos prioritários da Secretaria neste campo? E como tem sido a interlocução com o Ministério da Saúde nesta nova administração?

Symmy Larrat: Bom, a gente chegou, mas a gente está chegando ainda. Ainda tem muita gente chegando na Esplanada, muitas áreas em que estão as pessoas estão se

apoderando. A gente fez um processo de escuta, a gente chegou aqui, os movimentos vieram e a gente foi entendendo esses detalhes. A gente fez um levantamento por área aqui e a gente está fazendo uma estratégia que é a nossa secretaria executiva chamar diversas áreas para uma conversa mais geral e depois ir descendo. Mas a gente já tem uma conversa informal com a galera que ocupou esse lugar e a gente está bem afinada. As pessoas já começaram a tocar no Ministério da Saúde algumas iniciativas. Eu tive a notícia que o Ministério da Saúde já está construindo um novo plano de ação para a política de saúde integral da população LGBTQIA+. O último plano de ação findou em 2018, ou seja, nada foi feito. Então o primeiro passo é a gente reconstruir um plano de ação. Isso já está sendo feito. Então é o momento da gente intervir para fazer esse planejamento e colocar essas ansiedades nesse planejamento. Onde vai ficar o processo transexualizador? Como é que a gente vai ampliar isso? Como é que a gente vai pensar o acolhimento das mulheres lésbicas? Como é que a gente pensa o avanço da epidemia? A gente tem muita coisa aí para debater dentro da política nacional. E tem também as emergencialidades nesse processo. A gente teve uma reunião com a galera transmasculina e a Defensoria Pública da União para pensar saídas de gestão para a questão do aumento abusivo dos hormônios masculinos. Então têm algumas emergencialidades em andamento, mas a gente está em processo de construção desses canais.

Alexandre Bortolini: Se no campo da saúde os desafios são grandes, quando o assunto é educação a coisa complica ainda mais. Nos últimos anos vivemos uma verdadeira ofensiva reacionária contra qualquer debate sobre gênero ou sexualidade nas escolas, que mirou especialmente questões LGBTQIA+. Mesmo findo o governo Bolsonaro, ainda hoje nos deparamos com profissionais e escolas sofrendo todo tipo de intimidação e censura. Está posto para nós o desafio de resgatar o debate sobre lgbtfobia na escola em um ambiente bastante contaminado por um investimento reacionário que

classifica qualquer abordagem fora do padrão cisheteronormativo como "ideologia de gênero". Como investir em políticas educacionais de combate à discriminação e promoção dos direitos de pessoas LGBTQIA+ sem que essas ações sejam novamente instrumentalizadas pela extrema direita para atacar o governo? Como tem sido a interlocução com o Ministério da Educação? Já há perspectiva de alguma iniciativa nesse sentido?

Symmy Larrat: Primeiro dentro de casa. A gente foi com a educação em direitos humanos. A gente revisou o curso da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) voltado a formação de servidores públicos sobre questões LGBTQIA+ , porque ele tinha sido tirado do ar. Então primeiro a gente vai no 17 de maio colocar de novo no ar. O primeiro passo foi esse. E a partir daí pensar que outros processos formativos a gente consegue ter. A gente está aqui refletindo sobre isso, inclusive fazer alguma coisa para os profissionais de educação, específico, como o tem para a segurança pública. Um outro caminho importante dentro de casa é a gente pensar o Disque 100 para essas pessoas. Estamos pensando sobre como é que a gente faz uma conexão do Disque 100 com a ouvidoria da educação. Isso é uma proposta que a gente está pensando aqui e vai levar para o MEC. Fazer essa conexão. As pessoas não podem sofrer violação em âmbito escolar e ficar por isso mesmo. A gente tem que pensar um processo conjunto de investigação sobre isso. Isso é emergencial. Estamos estudando aqui para apresentar para o MEC. Ainda não tive reunião com o MEC. A gente está marcando para os próximos dias uma reunião com a Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) para entender onde está a pauta de direitos humanos LGBTQIA+ lá dentro, queremos entender isso. Mas eu acredito que a gente tem que construir as normativas. E isso passa pelo nosso Conselho e o Conselho Nacional de Educação. A gente precisa construir essas normativas e deixar nítido o que a gente está pactuando. E para isso precisa dos conselhos, mas a gente precisa também

da vontade política de fazer esse diálogo no âmbito educacional. Têm várias pautas que foram elencadas para a educação, cotas para a pessoa trans, várias pautas pontuais que chegaram para a gente e que a gente vai conversar. Mas a gente precisa saber até que ponto a gente vai querer fazer essa ousadia enquanto o governo e é isso que a gente quer entender com a companheirada do MEC.

Alexandre Bortolini: Se podemos comemorar a saída de Bolsonaro do governo federal, quando miramos o legislativo nos deparamos com um cenário bastante desanimador, com personagens que promoveram suas carreiras políticas no antagonismo à comunidade LGBTQIA+ ocupando cargos no Congresso e no Senado, como a própria ex-ministra e hoje senadora Damares Alves ou o deputado federal Nikolas Ferreira, que já no início do mandato usou o plenário como palco para um ato de explícita transfobia. Ao mesmo tempo, temos alguns avanços importantes, como a presença das duas primeiras mulheres trans e travestis a assumirem uma cadeira na Câmara federal. Como você avalia essa relação com o poder legislativo, considerando as tensões que o tema da diversidade sexual e de gênero traz e a necessidade do governo de formar e manter uma base de apoio no Congresso?

Symmy Larrat: Eu estive ontem conversando inclusive com a bancada do PT. E quero fazer essa conversa com outras bancadas. A gente conversa com quem está nas proximidades, é natural, só que a gente não pode ficar nisso. Então a gente quer conversar com as bancadas no sentido de entender como elas estão pensando isso. Saímos de lá com alguns encaminhamentos importantes, mas eu tenho a convicção que vai ser um enfrentamento doloroso e permanente. E a gente não pode ficar só na reativa. A gente obviamente teve um cuidado no último período, enquanto militância, de não deixar que coisas não andassem por ali para que eles destruíssem outras. Como foi o caso da criminalização. A gente preferiu ficar com a decisão do STF do que ter uma

legislação porque a gente sabia que o que ia sair acabar com a nossa conquista. Mas agora a gente está em outro cenário e a gente precisa promover o debate. A gente já pensou projetos de leis, audiências públicas, algumas coisas que precisam movimentar a Casa no sentido de debater. Não falar sobre nós não é a saída. Primeiro passo, primeiro acordo que a gente já começou a fazer com os nossos aliados. Segundo, o ministério já deu um recado do que ele acha sobre tudo isso para o legislativo. Nós construímos uma nota técnica e enviamos para o presidente da Câmara sobre o caso do Nickolas, dizendo que a gente acha que aquilo é crime, que precisa ser investigado e que o púlpito não pode ser usado para isso. A nossa nota diz isso com todas as letras. A nossa nota sugere inclusive um debate sobre concessão pública. As concessões públicas não podem promover o ódio. A nota técnica inclusive foi um debate que a gente teve com a Duda Salabert quando ela veio aqui no ministério. Só fazer uma nota oficial pública não basta. A gente tem que fazer uma nota técnica, enviar para a Câmara e solicitar os encaminhamentos. Então o primeiro passo que a gente fez foi mostrar tecnicamente qual é a nossa posição sobre os casos de violência que acontecem dentro do espaço legislativo. De cara foi o que nós começamos a fazer para mostrar que estamos vigilantes, nós não vamos nos calar e nem deixar de promover as articulações necessárias para que o enfrentamento da violência dentro do espaço legislativo não seja apagado. Não podemos ficar ausentes, assistindo esse processo, nos indignando e só lançando nota pública. Esse debate vai ser encarado e a gente vai provocar para que isso seja feito.

Alexandre Bortolini: Para finalizarmos, que mensagem você mandaria para as LGBTQIA+ brasileiras que seguem ao mesmo tempo esperançosas e receosas diante de um novo governo?

Symmy Larrat: Eu queria deixar duas mensagens principais. A primeira é: vamos juntar a nossa ansiedade e a nossa esperança e entender que é melhor a gente ter algo mais à frente que seja mais forte do que só pactos midiáticos. A gente vai ter que segurar nossa ansiedade. E eu não estou pedindo para a gente deixar de se manifestar. É o contrário. Nos mantenhamos vigilantes e questionando e cobrando e exigindo desse governo diariamente. Dá para entender que eu fui meio dual aqui, mas eu estou dizendo: a gente não vai fazer as grandes entregas agora, não tem como, a gente precisa construir o chão. E a gente precisa ter uma política nacional, que todo mundo tem e a gente não tem. Isso não se faz em um mês. É dessa ansiedade que eu estou falando. Mas nós temos que acompanhar cada coisinha que é feita. Eu posso citar porque eu tive uma reunião com o MINC (Ministério da Cultura). Vai instalar comitê de cultura nesse país, a gente vai ocupar. Então a gente tem que saber direcionar a nossa ansiedade para a gente ocupar todos os lugares e não aceitar que não falem sobre nós. A gente não pode aceitar. Então vamos manter a esperança, mas vamos direcionar a nossa ansiedade para a gente saber ocupar e não mais dispersar como dispersamos quando nós estávamos já no quarto mandato achando que estava tudo ganho e levamos uma taca. Precisamos nos manter unificadas e ter um horizonte nítido de onde a gente quer chegar. Porque aí a gente chega. E dizer que esse espaço aqui da Secretaria está aberto, a gente está escutando todo mundo. Conheçam a nossa equipe, a nossa equipe é linda e fantástica e vai chegar mais gente e vai ser babado.

Alexandre Bortolini: MUITÍSSIMO obrigado!

**A new cycle of LGBTQIA+ public policies: Interview with National Secretary
Symmy Larrat**

Abstract: In this interview, the National Secretary for the Promotion and Defense of LGBTQIA+ People, Symmy Larrat, talks about the current political moment, the dismantling of human rights policies during the Bolsonaro administration, the actions implemented during the first hundred days of the new government and the challenge of dealing with an even more reactionary legislature. She also points out the main issues to be faced in the coming years, such as the restructuring of the National Council and conference processes, in addition to acting in strategic areas such as health and education.

Keywords: LGBTQIA+; public policy; social participation

Recebido: 12/04/2023

Aceito: 26/04/2023